

Surdez: um território de fronteiras

Klein, Madalena; Lunardi, Márcia Lise

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Klein, M., & Lunardi, M. L. (2006). Surdez: um território de fronteiras. *ETD - Educação Temática Digital*, 7(2), 14-23.
<https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-101543>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more information see:
<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

SURDEZ: UM TERRITÓRIO DE FRONTEIRAS

Madalena Klein
Márcia Lise Lunardi

RESUMO:

Este texto apresenta uma discussão quanto à “centralidade da cultura” e sua importância nas problematizações cotidianas de grupos culturais na busca do reconhecimento de suas diferenças. Nesse sentido, pretendemos abordar a constituição da “essencialidade” de uma cultura surda com a tentativa de apresentarmos um deslocamento dessa “pureza cultural” para um território híbrido e de fronteira. Para a construção deste texto vamos nos valer de autores que se aproximam do campo dos estudos culturais e de uma perspectiva pós-estruturalista. Quando nos propomos a trabalhar a surdez a partir desta perspectiva, é necessário rompermos com a busca de uma “pureza cultural”, da “essência cultural”. Propomos um distanciamento da indagação: “o que é mesmo a cultura surda?” nos interessando, sim, pelas condições de possibilidade de diferentes nuances de culturas surdas. Procuramos trazer à discussão os discursos dos movimentos das comunidades surdas em favor do reconhecimento das suas diferenças e especificidades culturais, considerando importante problematizá-los e localizá-los em “territórios contestados”, em que as culturas e as identidades não são fixas, mas sim móveis, fragmentadas e híbridas. Propomos pensar a problematização de uma identidade surda, de um essencialismo ou mesmo de uma autenticidade a ser definida, para então pensarmos em cenários onde os discursos da surdez são levados a cena, e onde a constituição de ser surdo deve ser entendido como uma contingência histórica e cultural.

PALAVRAS-CHAVE:

Identidades culturais; Culturas surdas; Discursos; Movimentos surdos

DEAFNESS: A TERRITORY OF BOUNDARIES

ABSTRACT

This paper presents a discussion about the “centrality of culture” and its importance on the quotidian problems found by cultural groups searching for the acknowledgement of their differences. Therefore, we intend to approach the “essentiality” constitution of a deaf culture, as an attempt to move that “cultural purity” towards a hybrid territory, a territory of boundaries. For writing this paper we have made use of the work by authors who approach the field of cultural studies and of a post-structural perspective. When we set out to perceive deafness from that perspective, it is necessary to stop seeking a “cultural purity”, the “cultural essence”. We propose taking a step back from asking “what is deaf culture anyway?”, and look for possible conditions for the different shades of the deaf culture. We want to discuss the discourse of the movements of deaf communities for the acknowledgment of their differences and cultural specificities, as we consider it important to discuss them and localize them in “contested territories”, where cultures and identities are not fixed but mobile, fragmented and hybrid. We propose thinking about the issue of a deaf identity, of an essentialism or even an authenticity to be defined, so that we can think of scenarios where the deaf discourses can be carried out, and where the constitution of being deaf must be understood as a historical and cultural contingency.

KEYWORDS:

Cultural identity; Deaf cultures; Discourses; Deaf movements

APRESENTAÇÃO

A surdez vem se constituindo num campo de conhecimento e práticas de significação onde a questão cultural emerge como um dos temas centrais. Este texto pretende apresentar uma discussão quanto à *centralidade da cultura* e sua importância nas problematizações cotidianas de grupos culturais na busca do reconhecimento de suas diferenças. Nesse sentido, pretendemos abordar a constituição da “essencialidade” de uma cultura surda com a tentativa de apresentarmos um deslocamento dessa “pureza cultural” para um território híbrido e de fronteira.

O tema cultura vem sendo discutido por diferentes autores e perspectivas, no entanto, para a construção deste texto vamos nos valer daqueles que se aproximam do campo dos estudos culturais e de uma perspectiva pós-estruturalista, uma vez que nos ajudam a problematizar as transformações na concepção de cultura. Quando nos propomos a trabalhar a surdez a partir desta perspectiva, é necessário rompermos com a busca de uma *pureza cultural*, da “essência cultural”. Propomos um distanciamento da indagação: “o que é mesmo a cultura surda?” nos interessando, sim, pelas condições de possibilidade de diferentes nuances de culturas surdas. Trabalhar nessa perspectiva é não simplesmente romper com os binarismos e as metanarrativas, mas procurar problematizar qualquer tentativa de essencialização e cristalização cultural.

Conceitos como descentramento, desterritorialização e reterritorialização cultural nos permitem falar da surdez a partir de um entendimento de hibridismo cultural, que pode ser lido como mescla, mistura, fronteiras que possibilitam diferentes combinações, diferentes constituições de sujeitos e culturas. Mas ao se falar em hibridismo cultural concordamos com Cameron (1999, p.149):

Ao falar em hibridismo cultural, não estamos me referindo a algum tranqüilo processo de integração de diferenças. Falamos, ao invés, daquilo que Homi Bhabha chama de o próprio ‘retorno da mirada ao olho do poder’. Falamos da bricolagem interativa e em plena expansão que constitui a produção do conhecimento pós-colonial que produz descontinuidade e intranqüiliza o colonizador.

O que nos propomos é apresentar o campo da surdez como um território de lutas, um espaço de conflitos de identidades, onde os elementos culturais circulam pelas fissuras e rachaduras dessa comunidade, conformando um labirinto de significados.

CARTOGRAFANDO OS ESPAÇOS DE FRONTEIRAS SURDAS

Temos presenciado nos últimos anos um movimento de resgate e afirmação de culturas e identidades surdas. Após décadas de discursos e práticas institucionais de patologização, reabilitação e normalização, movimentos de resistência foram se constituindo a partir de sujeitos surdos que tinham a necessidade de encontrar elementos que pudessem aproximá-los em comunidades onde compartilhassem a mesma língua e traços culturais comuns. Segundo Wrigley (1996, p. 159)

construir relações de solidariedade de grupo é um projeto político de construir e afirmar uma identidade de grupo positiva. Esses são passos cruciais para confrontar o imperialismo cultural e descobrir coisas sobre si mesmo e sobre os outros com quem se sente afinidade.

Esses movimentos de afirmação de culturas surdas têm se apresentado, na maioria das vezes, como forma de cristalização de um ideal onde a essência da cultura é algo a ser buscado no contato e na aproximação entre esses sujeitos. É freqüente na literatura sobre a história dos/as surdos/as e nas diferentes narrativas sobre a constituição da comunidade surda a referência a uma origem, a um momento de desvelamento de uma identidade e de uma cultura surda. Padden e Humphries (1988) se referem ao “Conto de L’Epèe¹”, que vem sendo recontado de geração em geração, simbolizando a transição de uma situação de isolamento na qual viviam as pessoas surdas para uma vida de comunidade, compartilhando uma língua e experiências de vida.

Essa necessidade de cristalização vai conformando um discurso acerca do ser surdo, a quem pertence o estatuto de ser nomeado Surdo, com letra maiúscula, subjetivado por uma condição cultural², que, na maioria das vezes, centraliza o uso da Língua de Sinais, como marca “autêntica” das culturas surdas.

Podemos perceber isso, em depoimentos de lideranças das comunidades surdas. Um exemplo pode ser encontrado na revista oficial da Federação Nacional de Educação e

¹ O “conto de L’Epèe” narra a história do surgimento da primeira escola pública para surdos em Paris no final do século XVIII. Segundo a história o Abade L’pèe, ao encontrar surdos perambulando pelas ruas de Paris, fascinado pela comunicação gestual, inicia um trabalho que resultou na fundação do Instituto Nacional de Surdos de Paris. Interessante que, nas diferentes anedotas e performances deste conto compartilhadas pela comunidade surda, há constantemente a referência a uma “luz no final de um túnel escuro”. Esta luz estaria relacionada a possibilidade de encontro e reconhecimento entre os surdos saindo de uma vida obscura e de solidão para uma experiência comunitária e cultural.

² Para essa discussão ver Padden e Humphries (1988), Padden (1993), Wrigley (1996) e Davies (1995).

Integração do Surdo³ (Feneis) em um artigo que procura caracterizar a cultura e as comunidades surdas brasileiras:

Uma pessoa Surda ou ouvinte, que utiliza a variedade linguística de uma região e vai se comunicar com Surdos de outra região, pode não ser bem aceita pois sempre são corrigidas quanto ao uso de alguns sinais, que são considerados errados por já terem um outro, às vezes, somente com alguma variação de configuração. Somente depois de aprender a variedade da região é que esta pessoa ouvinte ou surda é totalmente aceita. (grifo nosso) (FENEIS, 1999, p.14)

Nesse mesmo texto também encontramos referência ao pensamento de Carol Padden, surda, socióloga, americana que afirma: “membros de uma cultura Surda comportam como as pessoas Surdas, usam as línguas das pessoas Surdas e compartilham entre si, e com outras pessoas que não são surdas, das crenças das pessoas surdas” (FENEIS, 1999, p.14).

Seguindo este mesmo entendimento, no depoimento de uma professora surda, encontramos a seguinte afirmativa: “(...) Vejo a importância do surdo conseguir firmar sua identidade. Ela [LIBRAS] dá capacidade ao surdo de conseguir ser o que é. Ser surda e ter minha identidade como surda é tudo o que eu sonhei.” (FIALHO, 1999, p.41). Acreditamos que ao se traduzir as culturas surdas, é necessário um descentramento da língua de sinais como única expressão autêntica dessa cultura⁴, para não cristalizar a surdez a partir de um “único” recorte cultural, para que ela não se torne mais uma forma “exótica” e “folclórica” de entendimento da surdez. Entender as culturas surdas é percebê-las enquanto elementos que se deslocam, se fragilizam e se hibridizam no contato com o outro, seja ele surdo ou ouvinte; é interpretá-las a partir da alteridade e da diferença.

Pensar a idéia de uma cultura autêntica, pura, como um espaço autônomo não se sustenta mais exceto como uma “ficção útil” ou uma “distorção reveladora” (CANCLINI, 1998). A “certeza” da cultura dos Surdos – na singularidade – oferece uma nova arrogância: a projeção de uma forma de uma cultura dos Surdos, uma experiência, e um tipo como o modelo para todos (WRIGLEY, 1996).

As questões culturais, entendidas a partir de um espaço de fronteira, onde as diferenças se mesclam e se configuram nas relações de poder, nos permite falar de identidades de fronteira que são constituídas nos espaços intersubjetivos de tradução cultural. Espaços esses

³Esta revista é produzida e distribuída trimestralmente pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos do Brasil.

⁴ Com isso não estamos negando, nem deixando de perceber a importância desse elemento cultural na constituição das comunidades e identidades surdas.

que são lingüisticamente multivalentes, onde se encontram sobreposição de códigos, e uma multiplicidade cultural em que se inscrevem as diferentes posições de sujeitos (MCLAREN, 1997).

Polifônico. Esse é o termo que Guattari e Rolnik (1986) toma de empréstimo de Mikhail Bakhtin para traduzir o caráter plural da subjetividade. Segundo ele, instâncias individuais, quanto coletivas e institucionais vão produzindo a subjetividade, sem que uma instância domine sobre a outra.

Somos atravessados pelos afetos, pelas sensações, pelas mensagens verbais e visuais. Vamos construindo/constituindo nosso jeito de ser, de sentir, de se relacionar através dos agenciamentos daquilo que nos chega dos referenciais cognitivos, míticos, rituais. Tudo que vivenciamos na família, na escola, o que nos transmitem pelas mídias, nas nossas relações amorosas e de trabalho, vão se estabelecendo como referenciais que nos levam a um posicionamento frente às coisas e frente ao mundo. É a produção de sentidos, o agenciamento de enunciação, constituindo um território existencial.

Território pode ser relativo tanto ao espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI E ROLNIK, 1986).

Esse território existencial é que dá sentido à existência em um determinado momento. A subjetividade é assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares (GUATTARI E ROLNIK, 1986). Porém, ela não é uma produção individual. Ela é social e se dá nos processos de produção tanto social quanto material.

A produção social da subjetividade se dá desde sociedades mais simples, como exemplifica Guattari (1986) na escala de uma etnia, por exemplo, chegando a ter uma produção em escala internacional, como no sistema capitalístico⁵. Não somente as relações sociais e de produção são modeladas pelo sistema capitalístico, mas todo nosso jeito de ser, sentir, se relacionar e amar.

⁵ Guattari (1986: 15) utiliza o sufixo “ístico” criando uma expressão que abrange não só o capitalismo dos países desenvolvidos como também o capitalismo periférico do chamado Terceiro Mundo e as economias até então ditas socialistas (Socialismo Burocrático)

O movimento de produção de territórios existenciais pode seguir um ritmo de modelização, de serialização, onde o indivíduo se aliena e se submete ao estabelecido. Porém, também pode avançar num ritmo novo, de reapropriação, de criação, de diferenciação ou, como Guattari (1986) denomina, de um processo de singularização.

Esse processo de singularização não pode ser confundido com uma suposta identidade cultural surda. Esse conceito de identidade cultural, segundo Guattari e Rolnik (1986), é reacionário e acaba não permitindo dar conta do caráter composto, elaborado e fabricado dos modos de representação que se constituem dominantes, escapando toda riqueza de sentidos que são produzidos nas diferenças.

Ao compreendermos as culturas surdas como híbridas, de fronteiras, constituídas por diferentes subjetividades, não nos referimos simplesmente aos recortes de raça, etnia, gênero, sexualidade, condição social, mas, também, aos atravessamentos de uma “suposta” cultura ouvinte por onde transitam os sujeitos surdos em suas relações sociais. Nosso entendimento afasta-se de um binarismo, em que cultura surda e cultura ouvinte encontram-se em posições opostas, em relações de dominação onde o “ser surdo” passa pelo movimento de negação de uma cultura ouvinte.

Nesse contexto, uma questão fundamental a ser discutida, diz respeito à reorganização cultural do poder. Os processos de hibridação nos exigem o registro e análise das relações de poder envolvidas em “fios que se mesclam”, constituindo tramas. O poder não se constitui em relações verticais: as bipolaridades se esvaem. Não se apagam os conflitos; eles são colocados em outro registro, multifocal e mais tolerante. Repensa-se a autonomia de cada cultura com menores riscos fundamentalistas (CANCLINI, 1998). Há de se colocar em questão a própria “cultura ouvinte” como sendo ela também, homogênea e pura. Podemos assim pensar em sujeitos surdos constituídos através de suas relações com sujeitos ouvintes, e vice-versa, sem que ambos percam seus recortes identitários.

A cultura surda é vista, muitas vezes, como um “ideal” a ser alcançado, ou seja, passa a ser uma condição de “vir a ser”, através do convívio e das trocas com outros surdos, longe da contaminação “ouvintista”⁶. Essa situação é frequentemente apresentada nos depoimentos e textos produzidos por lideranças surdas, como encontramos em Perlin (1998, p.56)

Já afirmei que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. Sugiro a afirmação positiva de que a cultura surda não se mistura à

⁶ O termo “ouvintismo” foi utilizado por Skliar (1997,1998) para descrever práticas discursivas e dispositivos pedagógicos colonialistas, onde o ser/poder/conhecer dos ouvintes constituem uma norma, não sempre visível, a partir da qual tudo é medido e julgado

ouvinte (...) O adulto surdo, nos encontros com outros surdos, ou melhor, nos movimentos surdos, é levado a agir intensamente e, em contato com outros surdos, ele vai construir sua identidade fortemente centrada no ser surdo, a identidade política surda. Trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo.

Essas “falas” podem ser entendidas como resistências das comunidades surdas às condições históricas, sociais e políticas que configuraram os discursos sobre a surdez, interferindo nas representações sobre esses sujeitos e os constituído como seres deficientes. Essas narrativas vão sendo constituídas a partir de uma estratégia de recusa a uma naturalização do sujeito surdo deficiente (KLEIN, 1999), substituindo-a, porém, por uma outra essencialização, ou seja, a de um “verdadeiro surdo cultural”. A comunidade surda ao se opor aos discursos que a localiza na lógica da deficiência e dos discursos “ouvintistas”, acabam, também, excluindo aqueles que não atingem as prerrogativas de “uma suposta cultura surda”. Ao trazermos para a discussão os discursos dos movimentos das comunidades surdas, em favor do reconhecimento das suas diferenças e especificidades culturais, não pretendemos enquadrá-los em juízos de valor, no sentido de dizer se estão certos ou errados, nem negar sua contingência histórica. Mas, consideramos importante problematizá-los e localizá-los em “territórios contestados”, em que as culturas e as identidades não são fixas, mas sim móveis, fragmentadas e híbridas.

O ressurgimento da **Consciência dos Surdos**, **Orgulho dos Surdos** e **Culturas Surdas** foi alcançada ao se valorizar a diferença. Ao se reformular o significado da Surdez em termos positivos, ao se recuperar a autoridade das vidas diretamente vividas, os Surdos em todo o mundo estão fazendo claras declarações políticas para auto e coletiva determinação. À medida que os Surdos se movem para refocalizar sua perspectiva como uma norma, busco simplesmente chamar a atenção para novas formas de exclusão que estão à espreita. Hierarquias rígidas de organizações, regras restritivas ou escondidas para participação na tomada de decisão, formas patriarcais de privilégios, racionalismo consciente e inconsciente e divisões sexuais de trabalho e salário todas estão à espera da cultura dos Surdos: essas questões devem ser confrontadas. (WRIGLEY, 1996, p.115)

A partir da perspectiva pós-estruturalista, dos autores até aqui apresentados, podemos pensar na problematização de uma identidade surda, de um essencialismo ou mesmo de uma autenticidade a ser definida, para então pensarmos em cenários onde os discursos da surdez são levados a cena, e onde a constituição de ser surdo deve ser entendido como uma contingência histórica e cultural.

AS IDENTIDADES DE FRONTEIRA E OS ESPAÇOS ESCOLARES

Percebemos que essa discussão sobre culturas híbridas mexe não apenas com os ditos grupos minoritários, como se somente eles experimentassem as conseqüências das construções identitárias de fronteira: fragmentação grupal, o hibridismo e a entropia (CAMERON, 1999). Essa instabilidade está presente tanto nas comunidades surdas quanto nas comunidades ouvintes consideradas dominantes, colocando em questão os discursos hegemônicos. Assim, uma discussão que pretende localizar os diferentes discursos culturais necessita estar atenta não apenas ao que se refere aos que estão nas periferias (minorias), mas também problematizar os que se encontram na “metrópole”. Essas questões vêm atravessando os espaços da educação, configurando diferentes formas de entendermos os discursos educacionais presentes no cotidiano das escolas dos surdos.

As perguntas como: qual é o conhecimento legítimo, como esse conhecimento é constituído no currículo, que poder ele legitima?: a quem ele se dirige?; e porque se sustenta dessa forma?; são interrogantes que devem ser consideradas na definição das políticas educacionais direcionadas aos grupos culturalmente diferentes. Mas isto não significa simplesmente anexar no currículo novas disciplinas, como por exemplo a língua de sinais, a história dos surdos, as identidades surdas, as artes/culturas surdas, como se essas fossem um *souvenir*, ou seja, elementos exóticos, que lembram a passagem turística por um lugar. Esses são, sem dúvida temas importantes nas escolas de surdos, mas que devem possibilitar a problematização do currículo e das relações de poder nos espaços escolares. Em nosso entendimento esse tensionamento só é possível se pensarmos a escola como um espaço de fronteiras, onde não há demarcação de início e fim, mas mesclas e hibridismos.

A possibilidade de os estudantes surdos viverem em um espaço de fronteira é a de viver uma experiência anticentradora, na medida que o espaço escolar seja constantemente modificado. Nesse espaço descentralizado, torna-se possível questionar, interrogar e historicizar culturas surdas e culturas ouvintes, sem pensar numa sobreposição ou uma superação de uma em relação à outra. A questão incide em levantar os interrogantes, que levaram as histórias, culturas e identidades surdas a assumirem uma relação subordinada na configuração escolar existente (LUNARDI, 1998).

Diante disso, é imprescindível que essas discussões sejam levantadas ao se pensar uma proposta de “Educação para Todos” através da Escola Inclusiva, tão evocada nas atuais políticas educacionais brasileiras. Negar as múltiplas e fluidas identidades, como também, os

espaços de fronteiras culturais no interior das práticas e das políticas educacionais, é continuar a representar cultura e identidade em termos estáticos e a-teóricos. Pensar a escola a partir de uma perspectiva das culturas híbridas não se refere a um tranqüilo processo de integração de diferenças, mas de um espaço de lutas e constantes resignificações. Essa reorganização dos cenários culturais e os cruzamentos constantes das identidades exigem dos educadores e pesquisadores do campo da educação investigar de outro modo as ordens que sintetizam as relações materiais e simbólicas entre os grupos (CANCLINI, 1998).

Os hibridismos, as situações fronteiriças encontram-se instauradas no nosso cotidiano. Convivemos em um espaço no qual as fronteiras são constantemente deslocadas, fragilizadas e em que nossas identidades vão se configurando a partir de múltiplos repertórios. Esse cenário nos coloca diante de um território movediço, instável, onde a história se move em muitas direções, toda conclusão está atravessada pela incerteza.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAMERON, M.. Os usos da cultura. In: SILVA, Luis Heron. **Século XXI: qual conhecimento? qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 148-156.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**.(tradução A R. Lessa e H. P. Cintrão). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FENEIS. A cultura e a Comunidade dos Surdos Brasileiros. **Revista da Feneis**, n. 3, p.14-15, julho/setembro, 1999,

FIALHO, C.. Minha experiência. In: BERGAMASCHI, Rosi I., MARTINS, Ricardo V. **DISCURSOS ATUAIS SOBRE A SURDEZ: II ENCONTRO A PRÓPOSITO DO FAZER, DO SABER E DO SER NA INFÂNCIA**. Canoas: La Salle, 1999, p. 39-41

GUATARRI, F & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

KLEIN, M. **A formação do surdo trabalhador: discurso sobre a surdez, a educação e o trabalho**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1999. (Dissertação de Mestrado)

LUNARDI, M. L. **Educação de surdos e currículo: um campo de lutas e conflitos**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1998. (Dissertação de Mestrado)

CLAREN, P.. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Editora Cortez, 1997

PERLIN, G. T. Identidades surdas. In: Skliar (Org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998, p.51-73.

SKLIAR, C. B. Os Estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: Skliar (org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998, p.1-32.

WRIGLEY, O. **The politics of deafness**. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 1996. (texto traduzido para uso e Seminário Avançado).

MADALENA KLEIN

Doutora e mestre em Educação pelo PPGEdu/UFRGS.
Professora e pesquisadora do Instituto de Ciências
Humanas, Letras e Artes do Centro Universitário
Feevale/RS. Coordenadora do Grupo de
Pesquisa Educação, Cultura e Trabalho.
E-mail: mdklein@ig.com.br

MÁRCIA LISE LUNARDI

Doutora e Mestre em Educação pelo PPGEdu/UFRGS.
Professora Adjunta do Departamento de Educação Especial.
Coordenadora do Curso de Especialização à Distância em
Educação Especial e professora Programa de Pós
Graduação em Educação da mesma Universidade.

Artigo recebido em: 20/02/2006
Artigo publicado em: 15/06/2006